



AGRESSOR FAMILIAR: UMA VISÃO ACERCA DA EFICIÊNCIA DE PENAS RESTAURATIVAS

DOMESTIC ABUSER: AN OVERVIEW OF THE EFFECTIVENESS OF RESTORATIVE PUNISHMENTS

Abdias do Nascimento do Carmo¹

Dalila Paula de Oliveira¹

Hetielly Souza Mendonça¹

Salley Daniely Ferreira Morais¹

Ana Paula de Araújo Moura²

Mirian Lima Fernandes²

Resumo: A violência doméstica é um problema estrutural que persiste na sociedade, exigindo abordagens mais eficazes para reduzir sua reincidência. Dessa forma objetivou-se com este estudo investigar a eficiência das penas restaurativas na ressocialização de agressores familiares, analisando sua aplicabilidade, benefícios e desafios. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações e estudos de caso. Os principais achados indicam que programas como o “projeto tempo de despertar” reduzem significativamente a reincidência da violência doméstica, reforçando a importância da reeducação dos infratores e do suporte psicossocial. No entanto, desafios como a resistência institucional e a necessidade de políticas públicas estruturadas ainda limitam a aplicação generalizada dessas penas. Portanto a integração entre punição e reeducação pode ser um caminho eficaz para um sistema de justiça mais humanizado e eficiente no combate à violência doméstica.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Violência Doméstica. Ressocialização. Reincidência. Mediação Penal.

Abstract: Domestic violence is a structural problem that persists in society, requiring more effective approaches to reduce its recidivism. This study investigates the efficiency of

¹ Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Mineiros – Unifimes, abdias.live.carmo@academico.unifimes.edu.br

² Docentes do Centro Universitário de Mineiros – Unifimes



restorative sentences in the rehabilitation of family aggressors, analyzing their applicability, benefits and challenges. Using a qualitative approach, the research is based on a literature review of scientific articles, legislation and case studies. The main findings indicate that programs such as the Awakening Time Project significantly reduce the recurrence of domestic violence, reinforcing the importance of re-education of offenders and psychosocial support. However, challenges such as institutional resistance and the need for structured public policies still limit the widespread application of these penalties. It is concluded that the integration between punishment and re-education can be an effective path to a more humanized and efficient justice system in the fight against domestic violence.

Keywords: Restorative Justice. Domestic violence. Resocialization. Recidivism. Criminal Mediation.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um dos problemas mais graves enfrentados pela sociedade contemporânea, afetando não apenas as vítimas diretas, mas também toda a estrutura social e familiar. No Brasil, apesar de avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a reincidência de casos de agressão dentro do ambiente doméstico continua alarmante, evidenciando a necessidade de alternativas à punição exclusivamente punitiva (Bastos, 2021). A imposição de penas privativas de liberdade tem se mostrado, muitas vezes, ineficaz para modificar comportamentos e prevenir novos episódios de violência. Diante desse cenário, a Justiça restaurativa surge como uma alternativa promissora, pois busca não apenas punir o agressor, mas também promover sua ressocialização e a reparação dos danos causados à vítima (Nielsson et al., 2022).

A Justiça Restaurativa propõe um modelo diferenciado de enfrentamento da violência doméstica, permitindo a participação ativa das vítimas, dos ofensores e da comunidade na resolução do conflito. Diferente do modelo retributivo, que foca na aplicação de penas, a Justiça Restaurativa trabalha na responsabilização do agressor, no diálogo entre as partes envolvidas e na implementação de medidas que visem à transformação de padrões de comportamento. Estudos indicam que programas como os Grupos Reflexivos de Gênero, a mediação penal e o acompanhamento psicossocial têm demonstrado resultados positivos na redução da reincidência da violência doméstica (Lima, 2024).

Um dos exemplos mais emblemáticos da aplicação da Justiça Restaurativa no Brasil é o Projeto Tempo de Despertar, criado para atender homens autores de violência doméstica. Dados apontam que a reincidência entre os participantes do programa caiu de 65% para apenas 2%, demonstrando que estratégias educativas podem ser mais eficazes do que penas privativas de liberdade na modificação de comportamentos violentos (Lima, 2024). Esse dado reforça a necessidade de repensar o sistema punitivo e de buscar alternativas mais eficazes na prevenção da violência contra a mulher.

O objetivou-se com esse estudo avaliar a eficiência das penas restaurativas na ressocialização dos agressores familiares, analisando sua aplicabilidade, benefícios e desafios.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de artigos científicos, legislações e relatórios institucionais sobre a Justiça Restaurativa e a ressocialização de agressores familiares. A pesquisa foi realizada a partir de fontes acadêmicas relevantes, que discutem a eficácia das penas restaurativas e sua implementação no contexto da violência doméstica.

Para garantir a credibilidade das informações, foram analisados estudos de caso e programas governamentais que aplicam práticas restaurativas, como o Projeto Tempo de Despertar, evidenciando sua eficácia na redução da reincidência (Lima, 2024). A pesquisa também considera dados estatísticos sobre reincidência criminal e os desafios enfrentados pelo sistema penal tradicional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa indicam que as penas restaurativas apresentam um impacto significativo na redução da reincidência de agressores familiares. Programas como o Projeto Tempo de Despertar demonstraram que a participação dos infratores em grupos reflexivos pode diminuir a reincidência de 65% para apenas 2%, evidenciando a eficácia da abordagem educativa e reflexiva na modificação de comportamentos violentos (Lima, 2024). Além disso, a mediação penal tem sido utilizada como uma estratégia para promover a responsabilização do agressor e garantir a reparação dos danos causados à vítima (Nielsson et al., 2022).

Outro aspecto relevante observado na pesquisa é que a Justiça Restaurativa pode auxiliar na desconstrução de crenças machistas e na reformulação da identidade dos agressores. Estudos



apontam que muitos dos autores de violência doméstica possuem dificuldades na regulação emocional e replicam padrões de comportamento aprendidos na infância (Torrão et al., 2022). Nesse sentido, medidas como o acompanhamento psicossocial e as oficinas educativas têm se mostrado eficazes na reconstrução de novas formas de interação social.

Apesar dos benefícios observados, a implementação de penas restaurativas enfrenta desafios, como a resistência institucional e a necessidade de políticas públicas estruturadas. Muitos operadores do direito ainda veem a Justiça Restaurativa com desconfiança, acreditando que sua aplicação pode minimizar a gravidade da violência doméstica (Bastos, 2021). No entanto, evidências demonstram que essa abordagem pode complementar as penas punitivas tradicionais, garantindo não apenas a responsabilização do agressor, mas também a prevenção de novos episódios de violência.

Dessa forma, a pesquisa sugere que a expansão de programas restaurativos pode contribuir significativamente para a redução da reincidência e para a construção de um sistema de justiça mais humanizado. A adoção de iniciativas que promovam a educação dos agressores e sua reinserção social pode representar um avanço no combate à violência doméstica e na proteção das vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a Justiça Restaurativa representa uma alternativa viável para a ressocialização de agressores familiares, contribuindo para a redução da reincidência e para a transformação de padrões de comportamento. Programas como o Projeto Tempo de Despertar demonstraram eficácia significativa, reforçando a importância da reeducação dos infratores e do suporte psicossocial na prevenção da violência doméstica.

Apesar dos avanços, a implementação das penas restaurativas ainda enfrenta desafios, como a resistência institucional e a necessidade de políticas públicas bem estruturadas. A integração entre punição e reeducação pode ser um caminho promissor para um sistema de justiça mais eficaz e humanizado. Assim, este estudo reforça a necessidade de ampliar a adoção de práticas restaurativas, garantindo uma abordagem mais equilibrada e efetiva no enfrentamento da violência doméstica.



AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, às nossas famílias pelo apoio, à Professora Ana Paula de Araújo Moura por ter iluminado nosso caminho, e à Professora Mirian Lima Fernandes pela orientação.

REFERÊNCIAS

BASTOS, S. F. C. **Justiça Restaurativa nos Casos de Violência de Gênero: Ressocialização do Agressor e Valorização da Vítima.** Centro Universitário UNIFACIG, 2021.

LIMA, L. C. O. **A Ressocialização do Autor de Crime de Violência Contra a Mulher em Âmbito Doméstico e Familiar.** Universidade de Brasília - UNICEUB, 2024.

NIELSSON, J. G. et al. **Justiça Restaurativa: Uma Alternativa para Além da Mera Punição de Homens Autores de Violência Contra a Mulher.** Revista Culturas Jurídicas, Vol. 9, Núm. 23, 2022.

TORRÃO, N. et al. **Perfil dos Agressores Conjugais em Contexto de Reclusão: Avaliação nos Estabelecimentos Prisionais da Região Norte de Portugal.** 2022.